

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 202 – 07/06 à 11/06/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Inspeção do Trabalho divulga resultado de ações fiscais até abril](#)

Ministério da Economia - 11/06/2021

Dentro das mobilizações alusivas ao Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, a Inspeção do Trabalho vem intensificando as suas ações de fiscalização por todo o Brasil. Somente no período de janeiro a abril de 2021, a Auditoria-Fiscal do Trabalho já realizou 245 ações fiscais em que foi constatado trabalho infantil. Neste dia 12 é celebrado o Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Lei que garante direito de sindicalização a empregados de sindicatos é constitucional](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/06/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, por unanimidade, a constitucionalidade de alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garantiu o direito de sindicalização aos empregados de entidades sindicais. Na sessão virtual encerrada em 7/6, o Plenário julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3890, proposta pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

### [STF declara inconstitucionais dispositivos da nova Lei do Mandado de Segurança](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/06/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, na sessão plenária desta quarta-feira (9), a inconstitucionalidade de dispositivos da nova Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009) questionados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4296.

### [Crianças e adolescentes sob guarda podem ser dependentes de segurados do INSS](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/06/2021

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que crianças e adolescentes sob guarda podem ser incluídos entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em caso de morte do segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão se deu, na sessão virtual finalizada em 7/6, no julgamento conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4878 e 5083, ajuizadas, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## [Pandemia: CNJ aprimora hipóteses de suspensão dos prazos processuais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/06/2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, durante a 332ª Sessão Ordinária, a [Resolução CNJ 397/2021](#), que altera a [Resolução CNJ 322/2020](#) para aprimorar a regulamentação da hipótese de suspensão dos prazos processuais por força da pandemia de Covid-19. A medida leva em consideração, entre outras circunstâncias, um ofício da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que pugnou por tal alteração.

## [Empresa que prestava serviços para a Cemig é responsabilizada por acidente fatal com eletricista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/06/2021

O eletricista, empregado da Eletro Santa Clara, prestava serviços para a Cemig na solução de problemas em geral de consumidores na zona urbana e rural de Patrocínio (MG), executando reparos e atendimentos de emergência no sistema elétrico. O deslocamento era feito na motocicleta da empresa. O acidente ocorreu no trajeto para um serviço na região de Cruzeiro da Fortaleza e Guimarães, quando invadiu a pista contrária e se chocou com um caminhão.

## [Agente da ECT não consegue estender ampliação de licença-maternidade à licença-paternidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/06/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão que tinha deferido a um agente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a prorrogação da licença-paternidade por 15 dias. Embora a norma coletiva preveja a ampliação da licença-maternidade em 60 dias, os ministros consideraram que a interpretação dessa cláusula não pode conceder a vantagem aos empregados homens, sob pena de interferir na liberdade sindical.

## [Mantida condenação de banco por assédio moral organizacional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/06/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo da HSBC Bank Brasil S.A. contra condenação ao pagamento de indenização por assédio moral organizacional. O motivo foi a submissão dos empregados ao preenchimento de formulário sobre questões relativas às principais demandas judiciais movidas contra o banco. A conclusão das instâncias inferiores foi de que esse procedimento configura abuso do poder diretivo.

## [Presidente e ministros do TST participam das comissões de trabalho na 109ª Conferência da OIT](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/06/2021

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Maria Cristina Peduzzi, e os ministros Lelio Bentes Corrêa e Evandro Valadão participam, até o próximo dia 19 de junho, da 109ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), compondo as comissões que deliberarão sobre os itens da agenda 2021, entre eles, orçamento, informações e relatório sobre aplicação de convenções e recomendações.

## [Microempresa terá de indenizar eletricista acometido de hérnia de disco](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/06/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da BF Felício Engenharia Ltda., microempresa de Pederneiras (SP), contra decisão que reconheceu sua responsabilidade pelo surgimento da hérnia de disco de um eletricista. A BF alegava que a doença tinha origem multifatorial, mas ficou comprovado que não foram fornecidos equipamentos de proteção individual (EPIs) capazes de neutralizar os riscos inerentes à atividade.

## [Afastada suspeição de testemunha por participação em grupo de WhatsApp e Facebook](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/06/2021

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho concluiu que o simples vínculo em mídias sociais (grupos de WhatsApp e Facebook) entre uma analista de controle de gestão de contratos da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e uma das testemunhas em sua reclamação trabalhista não configura amizade íntima e, portanto, não pode ser considerada a suspeição da testemunha. Com esse entendimento, determinou o retorno do processo à Vara do Trabalho, a fim de que a testemunha seja ouvida.

## [Bancário obtém adicional de periculosidade por trabalhar em prédio com combustível no subsolo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/06/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Banco do Brasil S.A. a pagar o adicional de periculosidade a um empregado que trabalha em prédio com dois tanques de combustível no subsolo. O colegiado aplicou a jurisprudência de que é devido o adicional quando a capacidade de armazenamento individual do tanque ultrapassa 250 litros.



## Notícias do Executivo

### [Ministério da Economia publica normativo que simplifica o empreendedorismo no Brasil](#)

Ministério da Economia - 10/06/2021

Com o objetivo de simplificar, desburocratizar e propiciar um ambiente mais favorável para a realização de negócios, bem como melhorar a posição do Brasil no Ranking Doing Business do Banco Mundial, o Ministério da Economia (ME) atualizou as normas de Registro Público de Empresas. A [Instrução Normativa nº 55/2021](#), de iniciativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei), facilita o empreendedorismo no Brasil.

### [Brasil adere à Recomendação da OCDE sobre Neutralidade Concorrencial](#)

Ministério da Economia - 08/06/2021

Desencorajar a adoção de regulações distorcivas que beneficiem empresas específicas, com efeitos relevantes sobre a produtividade da economia brasileira. Esse é o objetivo da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), por meio de sua Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (Seae/Sepec/ME), ao aderir oficialmente à Recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre Neutralidade Concorrencial.

### [SIT disponibiliza 39 fichas para microempreendedores individuais](#)

Fundacentro - 11/06/2021

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) disponibiliza 39 Fichas MEI com orientações sobre as medidas de prevenção de segurança e saúde no trabalho (SST) para microempreendedores individuais. As fichas contemplam 467 atividades, as quais podem ser executadas por MEI. As atividades descritas na tabela estão divididas em grupos com base na sua similaridade, bem como os seus riscos correspondentes.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Após queda de elevador com oito trabalhadores, construtora terá que adequar meio ambiente de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/06/2021

Várias irregularidades foram encontradas na construção de um edifício no município de Campo Novo do Parecis, a 390 km de Cuiabá, após um grave acidente de trabalho ocorrido no dia 7 de novembro do ano passado. Um elevador despencou de uma altura de aproximadamente 12 metros, deixando oito trabalhadores feridos. O elevador encontrava-se no 4º andar no momento da queda. As vítimas sofreram fraturas na lombar e costelas, e alguns empregados tiveram que se submeter a cirurgias.

[MPT-PE consegue reverter decisão regional e TST reconhece que ação pode questionar cláusula coletiva flexibilizadora da cota de aprendizes](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/06/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deu provimento a Recurso de Revista do MPT/PE e reconheceu a competência funcional da Vara do Trabalho para julgamento de processo que questiona a validade de norma coletiva flexibilizadora da cota legal de aprendizes. Com a decisão, os autos do processo retornaram à Vara do Trabalho de origem para que o julgamento continue em andamento.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [12 de junho – Brasil cada vez mais distante da meta de erradicar trabalho infantil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/06/2021

Em novembro de 2020, com base na [Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua](#) (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialistas haviam apontado que [o ritmo de afastamento de menores do trabalho irregular era lento e insuficiente para o alcance da meta de erradicar o trabalho infantil até 2025](#). Essa meta faz parte do compromisso firmado pelo Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Em quatro anos, de 2016 a 2019, apenas 357 mil crianças e adolescentes foram retirados do trabalho infantil no Brasil. Nesse período, o contingente populacional de 5 a 17 anos no trabalho infantil caiu de 2,125 milhões para 1,768 milhão. De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), nesse ritmo, em 2025 ainda haverá cerca de 1 milhão de menores trabalhando.

### [Novo relatório da OIT e Unicef registra aumento de trabalho infantil no mundo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/06/2021

Nesta segunda semana de junho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançaram o relatório “Trabalho infantil: estimativas globais para 2020, tendências e o caminho a seguir”. O documento apresentado, neste mês de junho, período que marca o Dia Nacional e Internacional de Combate ao Trabalho Infantil, é um alerta de que muito ainda precisa ser feito no combate ao trabalho infantil no Brasil e no mundo.



## Notícias do e-Social

[Adiado o envio de eventos de pessoas físicas e SST até a implantação da versão S-1.0 do eSocial](#)

eSocial - 08/06/2021

Como já divulgado, a nova versão S-1.0 do eSocial foi reprogramada, de forma a permitir ajustes no CNIS pela Dataprev. Assim, os eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), previstos para o mês de junho, ficam automaticamente adiados, uma vez que somente serão recebidos na nova versão. O mesmo se aplica para o envio dos eventos de folha dos empregadores/contribuintes pessoas físicas (exceto doméstico), previsto originalmente para o mês de maio/2021, cuja entrada também está vinculada à nova versão S-1.0. A nova data de início da obrigatoriedade de envio desses eventos será definida em portaria a ser publicada.

## Outras Notícias

### [Justiça do Trabalho reverte justa causa e condena empresa de telefonia em R\\$ 100 mil](#)

Consultor Jurídico - 12/06/2021

A dispensa por justa causa não pode ser genérica, devendo esclarecer qual foi o fato grave cometido pelo empregado, para que os princípios do Direito do Trabalho da proteção e da continuidade da relação de emprego sejam respeitados.

### [Banco é condenado por dispensar funcionária com esclerose múltipla](#)

Consultor Jurídico - 12/06/2021

A dispensa de funcionário com doença incurável configura discriminação. A 83ª Vara do Trabalho de São Paulo, assim, reverteu o caso de uma bancária, acometida por esclerose múltipla. A doença da reclamante, além de não ter cura, é progressiva, demanda tratamento pela vida toda e pode incapacitar motora e cognitivamente seu portador.

### [Trabalho infantil sobe para 160 milhões - primeiro aumento em duas décadas](#)

Organização Internacional do Trabalho - 10/06/2021

O número de crianças em situação de trabalho infantil subiu para 160 milhões em todo o mundo - um aumento de 8,4 milhões nos últimos quatro anos - e milhões de crianças estão em risco devido aos efeitos da COVID-19, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do UNICEF.



## Atos Normativos

[PORTARIA INSS Nº 1.305, DE 1º DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 07/06/2021 Seção I Pág. 107)  
- Altera a Portaria nº 412/PRES/INSS, de 20 de março de 2020;

[PORTARIA ME Nº 5.570, DE 8 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 09/06/2021 Seção I Pág. 199)  
- Estabelece a rotina para restituição ou repasse da Contribuição Sindical Urbana - CSU recolhida indevidamente ou a maior para a Conta Especial Emprego e Salário - CEES e transferida para a Conta Única da União – CTU;

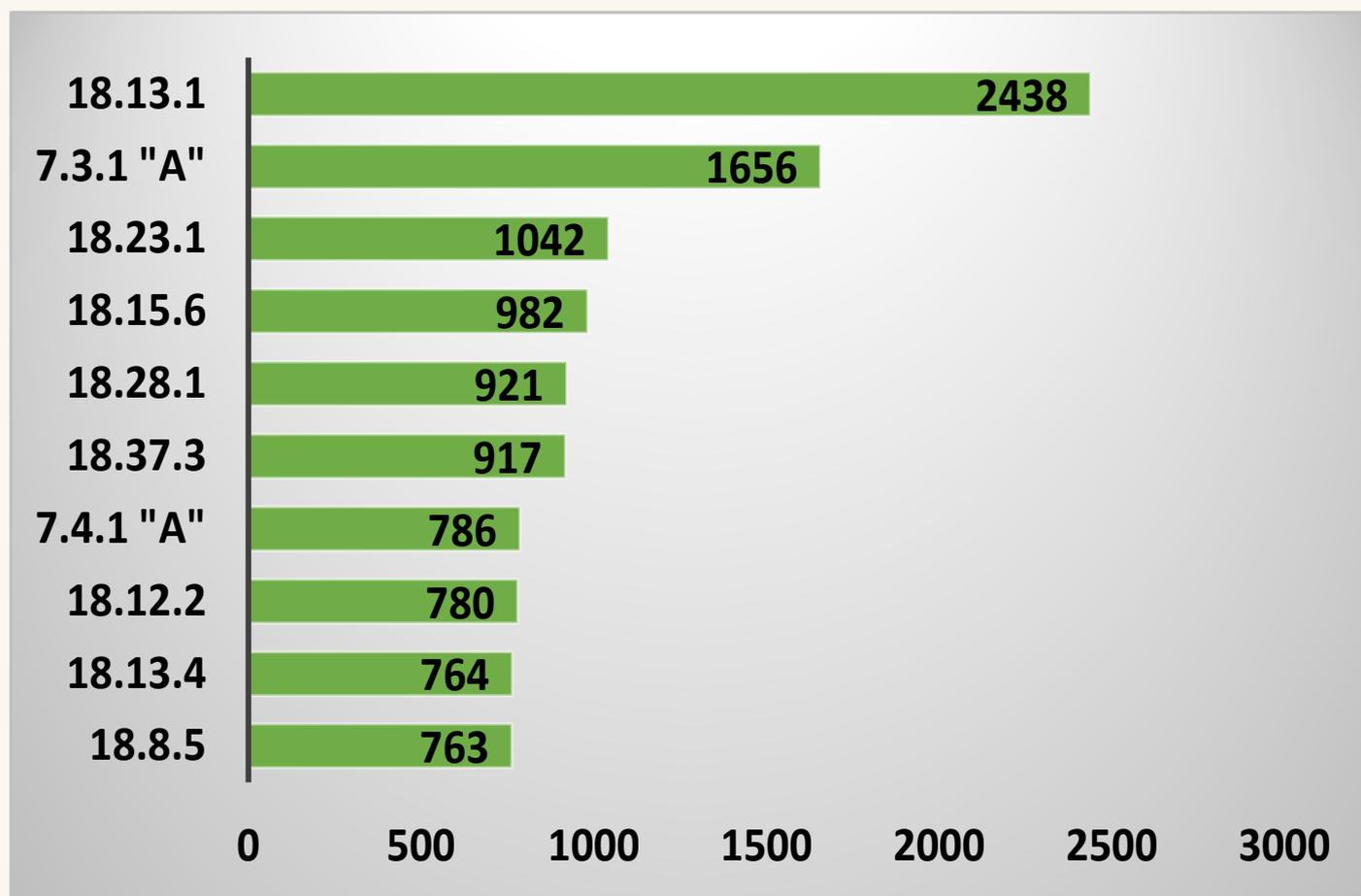
[INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 55, DE 2 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 10/06/2021 Seção I Pág. 64) - Altera a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e revoga dispositivo da Instrução Normativa nº 82, de 19 de fevereiro de 2021;

[CIRCULAR CEF Nº 948, DE 7 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 10/06/2021 Seção I Pág. 110) -  
Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/abr):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Regularizado na Ação Fiscal:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.23.1** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.28.1** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**7.4.1** O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

**a)** admissional;

**18.12.2** As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

**18.13.4** É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*